



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. Remete-se a
Comissão Eventual de Acompanha-
mento do processo de definição
de "Estratégia Portugal 2030"

20.3.18

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>597037</u>
Classificação <u>06/02/03/ / /</u>
Data <u>20 / 03 / 2018</u>

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1094 ENT.: PROC. Nº:	19/03/2018

ASSUNTO: Portugal 2030

Encarrega-me o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares de junto enviar o documento - Portugal 2030- Futuro da Política de Coesão - Elementos para reflexão, solicitando o seu reencaminhamento à Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030".

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Gonçalves

Marina Gonçalves

Recebido em 21/03/2018
Hora 597037
Ass. 23/CEPT/2018

Dist. 21.03.2018



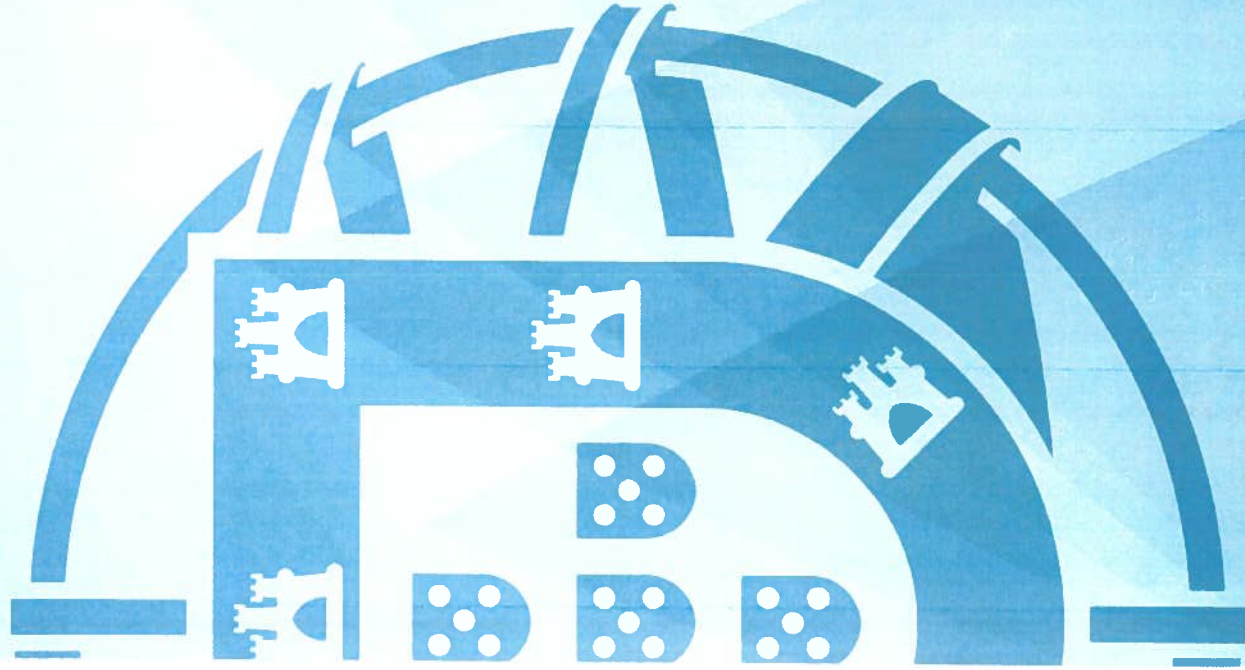
**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS**

Portugal 2030

Futuro da Política de Coesão

Elementos para reflexão





Agenda

1. Portugal e a Política de Coesão
2. Elementos de diagnóstico da situação portuguesa
3. Contextualização do debate sobre o futuro da política de coesão
4. Portugal e o Futuro da Política de Coesão

1. PORTUGAL E A POLÍTICA DE COESÃO

O PONTO DE PARTIDA E O CONTEXTO

- Portugal apresenta-se como um dos países com boas credenciais na implementação da política de coesão, com um histórico muito positivo na sua execução:
 - ✓ Elevados níveis de absorção dos fundos (e.g. encerramento do QREN com execução 100% em todos os PO);
 - ✓ Resultados e impactos globalmente positivos (alteração do perfil de especialização da economia; elevação do nível de qualificação dos portugueses; boa cobertura das redes de equipamentos e serviços públicos);
 - ✓ Elevado nível de *compliance* com as normas comunitárias, atestado pela reduzida taxa de erro.
- Verificou-se nos primeiros anos de integração um processo de convergência significativo que se interrompeu com a adesão ao Euro.
- A melhoria ligeira da produtividade não tem conseguido compensar a forte redução da utilização de recursos humanos na economia.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

CONDICIONANTES PARA UMA CONVERGÊNCIA MAIS CONSISTENTE

Fatores externos

- Liberalização do comércio mundial, nomeadamente entrada da China na OMC;
- Entrada no Euro (redução dos custos de financiamento, mas aumento do preço das exportações portuguesas);
- Alargamento da UE a Leste, introduzindo mais concorrência a uma economia baseada no paradigma da competitividade-preço.

Fatores de natureza interna

- Baixo nível de qualificação dos portugueses e elevado nível de desemprego, especialmente ao nível dos jovens (NEET) e de longa duração;
- Excessiva alavancagem financeira e fragmentação do tecido empresarial, agravadas por insuficiências de capacidades e competências de gestão e para a inovação;
- Persistência de disfunções estruturais em sistemas críticos para a competitividade (e.g. justiça);
- Dificuldade de transição de um modelo económico sustentado na competitividade-preço para um baseado na qualificação e inovação, num contexto de crise profunda e alongada.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

PRINCIPAIS TRAÇOS DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA

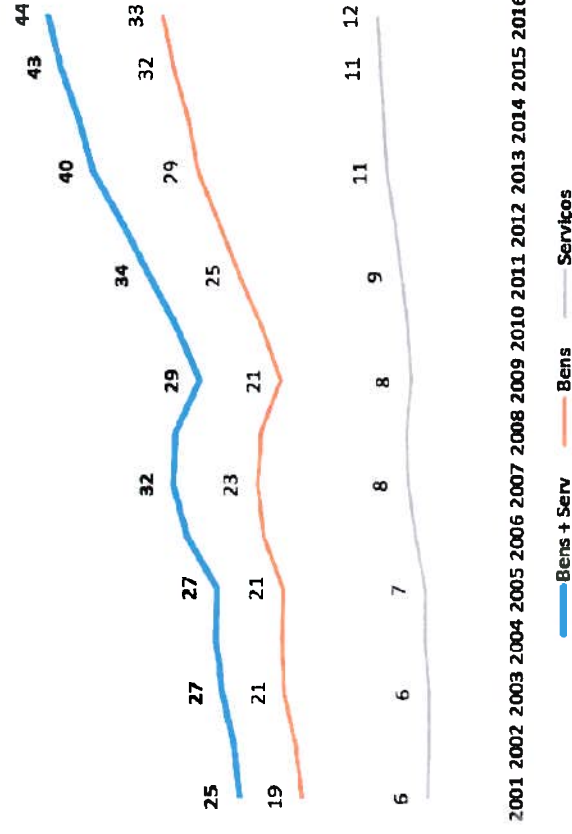
- O período 2000-15 foi marcado por profundas alterações na economia portuguesa, tendo-se observado:
 - ✓ Uma redução acentuada do peso do investimento no PIB (2000 - 28%; 2015 - 15%), muito condicionado pela evolução negativa do investimento em construção (2000 - 63% do total do investimento; 2015 - 49%);
 - ✓ Um aumento do endividamento na economia portuguesa, de forma generalizada e excessiva, nomeadamente nas sociedades não financeiras e no Estado.
- Apesar da significativa melhoria global dos indicadores do mercado de trabalho em 2016, com a queda gradual do desemprego e o aumento sustentável do emprego, persistem ainda desafios ao nível do desemprego jovem e de muito longa duração.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

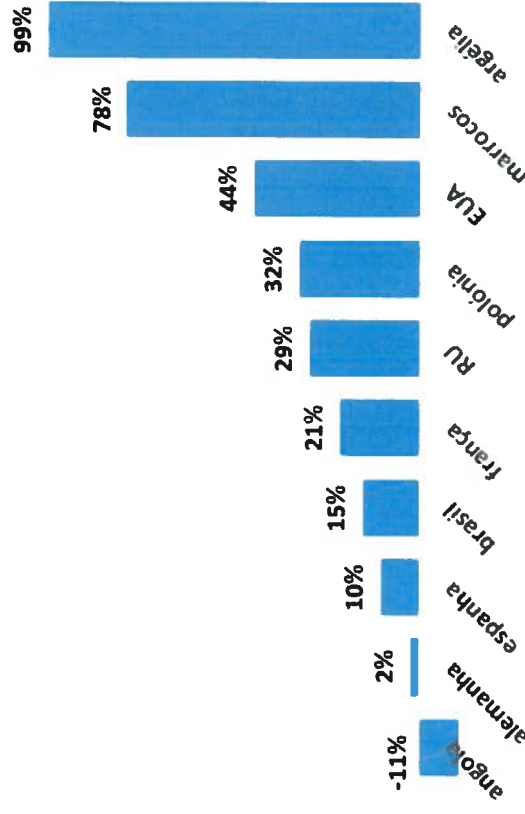
PRINCIPAIS TRAÇOS DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA (CONT.)

Alteração da orientação transacionável da economia (duplicação do peso das exportações no PIB em 20 anos: 1995 - 22%; 2016 - 44%), com ganhos de quota nos principais destinos de exportação:

INTENSIDADE EXPORTADORA (EXP/PIB em %)



GANHO DE QUOTA DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS 2010-2015



2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DE PORTUGAL

- Desde 2000, Portugal tem divergido face à média europeia (2000 - PIBpc em PPS = 84% da média da UE28; 2014 - PIBpc em PPS = 77% da média da UE28).
- Este facto é comprovado pela taxa de crescimento média anual do PIB de Portugal, abaixo da média da UE28 (2,1% vs 2,9%) -> apenas superior a Itália (1,6%) e à Grécia (1,1%).
- Esta evolução é resultado de comportamentos diferenciados em dois períodos:
 - ✓ 2000-2007 - Portugal apresenta uma evolução do PIBpc em PPS em linha com o crescimento médio verificado na UE28 (92% da média do crescimento do PIBpc da UE28);
 - ✓ 2008-2015 - Portugal apresenta uma evolução do PIBpc em PPS muito abaixo do crescimento médio verificado na UE28 (apenas 46% da média do crescimento do PIBpc da UE 28).

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA



O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA INTERNO ENTRE REGIÕES

- Este processo de não convergência de PT face à UE foi acompanhado por uma convergência interna de algumas regiões menos desenvolvidas.
- O PIB continua a depender fortemente de 2 regiões - AML e Norte. Juntas contabilizam mais de 60% do PIB nacional, sendo esta uma tendência estrutural da economia portuguesa (2000 - 65% do PIB; 2015 - 66% do PIB).
- No conjunto do país, a redução da taxa de utilização de recursos humanos (emprego/ população) é uma das explicações para a não convergência de Portugal (2000 - 111% da média da UE28; 2014 - 97,21% da média da UE28).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE EUROPEU

Contexto do Debate

1. Ciclos eleitorais em 2017 culminando em Outubro na Alemanha
2. BREXIT
3. Ausência de um referencial estratégico europeu para o pós 2020
4. Emergência de novas políticas a financiar pelo orçamento da UE (defesa, segurança interna e migrações)
5. Diminuição da relevância da política de coesão nas discussões sobre o futuro da UE

Principais incertezas

1. Momento em que a COM propõe o novo QFP (Dez/2017?/Jun. 2018?)
2. Duração do QFP (7 anos, 5 anos, 5+5 anos, 2+3 anos)

Principais temas

1. Possível redução do peso orçamental da Política de Coesão, num QFP que acomode novas políticas, se não houver reforço orçamental (Oettinger)
2. Articulação com a Governação Económica Europeia
3. Abrangência territorial da Política de Coesão
4. Proporcionalidade das exigências regulamentares em função da dimensão do envelope financeiro
5. Modelo de implementação da Política de Coesão, através de maior simplificação e orientação para resultados

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE EUROPEU



Posicionamento dos EM

- i. Grupo de Visegrado:
 - Manutenção da Política de Coesão nos moldes atuais;
 - Simplificação e redução da carga administrativa e burocrática;
 - Ligação à governação económica apenas através das condicionalidades *ex ante*
- ii. Política de Coesão como indutora de ganhos macroeconómicos para os contribuintes líquidos

Beneficiários Líquidos

- i. Críticas à manutenção da Política de Coesão, nomeadamente do seu peso no orçamento europeu
- ii. Necessidade de manter a dimensão do orçamento comunitário bem como das contribuições por EM
- iii. Reforço da contratualização de resultados da Política de Coesão e da demonstração do seu valor acrescentado
- iv. Beneficiação das políticas de gestão centralizada (e.g. HORIZONTE 2020; Connecting Europe Facility) em detrimento das políticas de gestão partilhada (e.g. Política de Coesão) por demonstrarem melhor performance

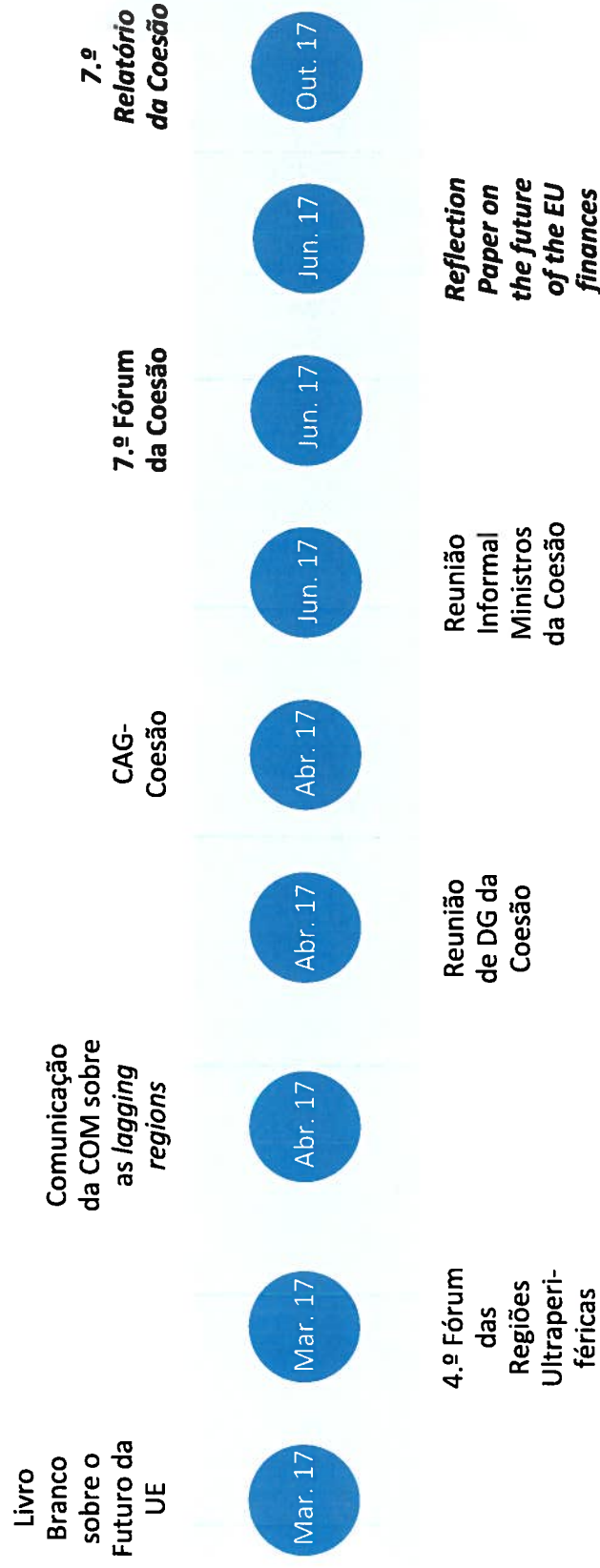
Contribuintes líquidos

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE EUROPEU



REPÚBLICA
PORTUGUESA
PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS

Marcos da discussão





4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

PRINCÍPIOS GERAIS DA POSIÇÃO DE PORTUGAL

- i. Importância da manutenção do caráter estrutural e do financiamento da Política de Coesão, enquanto política de médio-prazo;
- ii. Importância do desenvolvimento competitivo dos territórios, incentivando os processos de inovação nas empresas através da inserção de recursos humanos qualificados;
- iii. Reforço da orientação para a competitividade, enquanto fator essencial para a coesão duradoura e para a convergência real;
- iv. Reforço da importância da reforma florestal na sustentabilidade e resiliência dos territórios de baixa densidade;
- v. Necessidade de garantir maior apoio à convergência dos países da coesão -> um novo “*Fundo de Coesão para a Competitividade*”, com elegibilidade alargada à inovação, qualificação e ao emprego;
- vi. Reforço da orientação para resultados da Política de Coesão, aprofundando e simplificando a metodologia implementada no quadro 2014-2020;
- vii. Maior ligação ao Semestre Europeu, assumindo-se como referência o PNR e uma abordagem de médio prazo, mantendo-se as condicionalidades *ex ante*.

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

MATRIZ SÍNTESE DAS LINHA GERAIS DE PRIORIDADES PÓS 2020

Objetivos Prioritários	
DOMÍNIOS / OBJETIVOS TRANSVERSAIS	I. Inovação e Conhecimento Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação
	II. Qualificação, Formação e Emprego Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego
	III. Sustentabilidade demográfica Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida
DOMÍNIOS / OBJETIVOS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL	IV. Energia e alterações climáticas Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados
	V. Economia do Mar Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos
	VI. Redes e Mercados Externos Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior
	VII. Competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade Reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos
	VIII. Agricultura/florestas Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

I. Inovação e Conhecimento

Objetivo - Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação

Inovação Empresarial

- ❖ Start-ups e espírito empresarial
- ❖ Novas especializações em áreas com procuras emergentes - indústria e serviços
- ❖ Integração em cadeias internacionais em segmentos de maior valor acrescentado - agricultura, floresta, indústrias tradicionais, turismo
- ❖ Globalização, internacionalização e produtividade em PME

Conhecimento e base científica

- ❖ Programas de desenvolvimento de I&D estrutural em domínios estratégicos;
- ❖ Desenvolvimento de novos formatos de processos colaborativos entre Ciência e Empresas (novos modelos de cooperação)
- ❖ Internacionalização das instituições de I&I portuguesas e participação em redes internacionais

❖ Programas transversais estratégicos: Indústria 4.0, Economia Circular, etc.

❖ Inovação no Setor Público: Transformação digital e Integração de serviços públicos (incluindo outros níveis de administração)

❖ Conetividade de pessoas, bens e informação

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

II. Qualificação, Formação e Emprego

Objetivo - Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego

Qualificação e Formação

- ❖ Educação e Formação de Jovens (corrida para o topo)
 - Combate abandono/insucesso escolar
 - Alinhamento das vias profissionalizantes no secundário com as novas especializações
 - Formação Superior de curta duração para novas profissões
 - Formação avançada
- ❖ Adultos
 - Reconversão para novas competências (formação alinhada com novas profissões) arrastando recuperação do atraso estrutural

Emprego

- ❖ Medidas com efeito no aumento estrutural da taxa de emprego (e.g. estágios profissionais)
- ❖ Medidas dirigidas ao reforço das taxas de atividade:
 - Jovens NEET
 - Desempregados de muita longa duração
 - Envelhecimento ativo (faseamento na passagem para a reforma)

- ❖ Alinhamento das Políticas cofinanciadas com programas estratégicos: INCODE (competências digitais); Indústria 4.0

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

III. Sustentabilidade demográfica

Objetivo - Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida.

Sustentabilidade demográfica

- ❖ Promoção das condições necessárias à melhoria do saldo natural
- ❖ Diminuição do índice de dependência total e Reforço da conciliação entre a vida familiar e a vida laboral: e.g. avaliação da rede de serviços às famílias
- ❖ Melhoria dos saldos migratórios

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

IV. Energia e Alterações Climáticas

Objetivo - Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados

Cidades Inteligentes e Eficientes

- ❖ Eficiência energética no edificado (público e privado)
- ❖ Economia circular
- ❖ Transportes públicos coletivos eficientes e em rede
- ❖ Mobilidade Elétrica e Suave

Transição energética

- ❖ Inovação na produção, armazenamento e distribuição de energias renováveis:
 - ✓ I&D, incluindo instalações piloto, em novas áreas ou novas tecnologias: eólico *offshore*, geotérmico, etc.
 - ✓ Primeiras fases de redes de novos formatos
- ❖ Eficiência Energética (projetos demonstradores de forte efeito de disseminação)
- ❖ Produção nacional de equipamentos, *software* e serviços financeiros associados à transição energética

- ❖ Reforço do potencial ambiental (captura de carbono, biodiversidade, natureza, medidas agroambientais)



4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

Objetivo - Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos

V. Economia do Mar

Economia do Mar

- ❖ Aumento do valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura
- ❖ I&D e exploração de novos recursos e novas aplicações
- ❖ Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade
- ❖ Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

Objetivo - Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior

VI. Redes e Mercados Externos

Competitividade dos territórios urbanos

- Redes urbanas de inovação e crescimento (clusters de atividades criativas/ culturais ou intensivas em conhecimento),
- Reabilitação urbana (edificado e espaço público)
- Territórios Competitivos/ Territórios Coesos (Emprego, Políticas locais de integração e inclusão, Migrantes e Refugiados)

Projeção externa da faixa atlântica

- Redes logísticas e ligações Rodo-ferroviárias a ALE´s/Portos
- Aproveitamento do potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas
- Fronteira marítima

Inserção territorial no Mercado Ibérico

- Estratégia de orientação para o mercado ibérico dos territórios do interior (planeamento integrado da cooperação transfronteiriça),
- Ligações Rodo-ferroviárias a ALE e Ligações Transfronteiriças

**Desmaterialização das conectividades
Fecho de redes de serviços coletivos**

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

VII. Competitividade e Coesão dos territórios de baixa densidade

Objetivo - Reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos

Competitividade e coesão na baixa densidade

- ❖ Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno
- ❖ Diversificação da base económica
- ❖ Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes (Educação, Saúde, Cultura, Sociais, Económicos, Associativos, etc.), potenciando as ligações rural-urbano

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

VII. Agricultura e Florestas

Objetivo - Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

Agricultura e Florestas

- ❖ Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio
- ❖ Reforço do potencial económico da floresta
- ❖ Resiliência e prevenção de riscos



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS**

Portugal 2030

